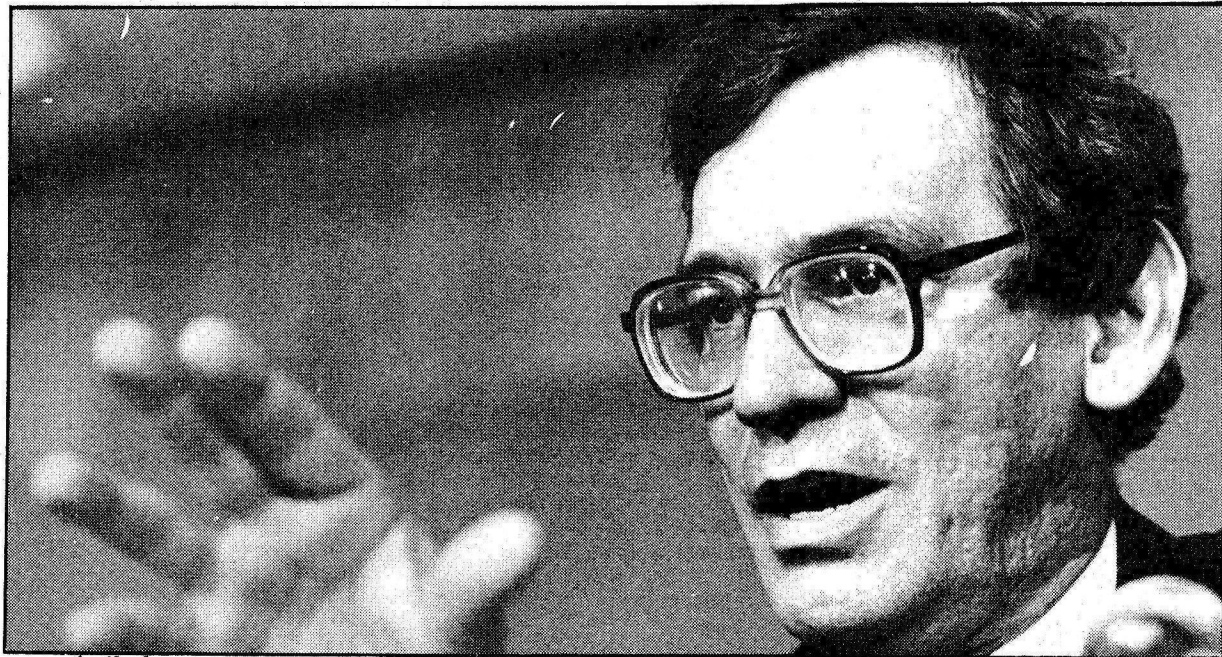


Bancos temem que os devedores imitem o Brasil

Arquivo 31/8/87



Aníbal quer que credores normalizem a situação levando em conta a realidade de cada país

O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, reconheceu ontem, após as comemorações do Dia da Independência, que a principal dificuldade a ser enfrentada pelo Brasil para negociar a dívida dentro da nova proposta de deságio sobre parte dos débitos, será o temor dos banqueiros internacionais de que esta proposta se estenda a outros países devedores.

Teixeira disse que a proposta brasileira é "realista" porque os créditos brasileiros já estão com defasagem no exterior, ou seja, o prejuízo dos bancos já foi consolidado, por isso a concretização do deságio daria uma maior tranquilidade tanto ao governo brasileiro quanto aos credores. Ressaltou entretanto, que cada país credor deve ser tratado isoladamente dentro do contexto da situação de sua dívida, "pois isso é um problema de soberania".

— A proposta do ministro Bresser Pereira deve ser vista como "pé-no-chão". Ela está realmente querendo encampar uma situação de fato no mercado financeiro internacional. Acho que os banqueiros deveriam meditar sobre a questão, pois esta é uma boa oportunidade para se normalizar as relações com os devedores, levando em conta a realidade de cada um — destacou.

Déficit Público

Aníbal Teixeira afirmou tam-

bém que o déficit público já vem sofrendo uma queda significativa, após a reunião ministerial realizada recentemente. Isso porque o acesso aos créditos públicos ficaram mais difíceis e "naturalmente terão que ser usados com prudência", disse.

Para o ministro, os governadores estão tendo que fazer um grande esforço, pois herdaram uma "situação difícil". Na maioria dos estados os governadores receberam um orçamento defasado, uma vez que os dispêndios com pessoal eram maiores que a arrecadação. "Em muitos estados, os governadores tiveram que arcar com a responsabilidade de demitir de 30 até 60 mil funcionários, além de terem que enfrentar inúmeras greves".

Teixeira garantiu que as metas de redução do déficit público deverão ser obtidas, a partir da apresentação do orçamento consolidado do governo ao Congresso. Com esse orçamento unificado, haverá para o próximo ano uma redução de 1,27% do PIB, o que possibilita alcançar um déficit público de 2% do PIB em 88 e 3,5% do PIB este ano.

Segundo o ministro, com a nova revisão orçamentária, os dispêndios com pessoal, que absorveriam 23% do orçamento, cairam este ano para 21% estabelecendo para o

ano que vem um percentual de 17% e assim, obrigando o governo a diminuir seus dispêndios com este item. "Estamos desfazendo o mito de que o governo gasta muito com pessoal. No governo central nós gastamos muito pouco em relação aos padrões internacionais e à iniciativa privada", disse.

Explicou que o chamado "orçamento consolidado" incluirá, a partir de 1988, não só os dispêndios do governo central, mas da parte das estatais que é paga pelo Tesouro Nacional, além dos fundos e do orçamento monetário, que representa um instrumento de pressão no déficit. "A unificação orçamentária representa uma grande vitória quanto ao déficit público, porque agora quem fizer dispêndios fora do previsto terá que se entender diretamente com o Tribunal de Contas da União".

Norte-Sul

De acordo com os dados do ministro, a Ferrovia Norte-Sul representa 0,03% dentro dos dispêndios públicos num período de cinco anos, o que para ele é um resultado "razoável", tendo em vista que a região a ser atendida pela ferrovia absorveu recentemente cerca de 14 milhões de migrantes. "É uma região fundamental para o êxito do desenvolvimento da agricultura de cerrado e com isso vamos economizar com transporte rodoviário.